

NOTAS E INFORMAÇÕES

O riso da "Irmandade"

Vendo o clima de grande euforia — como demonstram as fotografias em que a "Irmandade" aparece rindo ao começo de uma reunião em que se decidiu reduzir em 1% do PIB as despesas correntes do Executivo (administração direta e estatais) — é o caso de perguntar em que mundo vivem os "irmãos". Seguramente, o da maioria da população brasileira não é. O que leva à conclusão inexorável de que, além de tudo, os ilustres membros desse novo sistema de poder são egoístas, pois têm motivos privados e íntimos para rir, escondendo-os dos eleitores do presidente da República.

Passando, infelizmente, ao terreno das coisas sérias, não se sabe que rumos a "Irmandade" pretende impor ao Brasil, agora com o apoio do presidente Fernando Collor. Para combater a inflação, decidiu-se aprofundar as reformas estruturais. Sucede que elas andaram pouco no ano passado, ou por haver encontrado óbices constitucionais ou por motivos que não foram devidamente explicados e pesam contra a política do Executivo.

Para diminuir despesas, formou-se consenso de que é preciso acabar com a estabilidade do funcionalismo público e com a universidade gratuita. As duas medidas reclamam a reforma da Constituição. Igualmente para reforçar a situação do Tesouro quer-se

transferir para os Estados e municípios encargos hoje de alçada da União, que se viu privada de seus recursos pela Carta Magna de 1988. Essa operação, para ter êxito, exigirá sempre a boa vontade do Congresso, quando não a reforma da Constituição. Além disso tudo, aumentou-se a lista das empresas que devem ser privatizadas, embora nenhuma estatal tenha sido transferida para o setor privado, em 1990.

Pesadas as coisas, tudo o que a "Irmandade" sugeriu ao presidente Fernando Collor para reduzir a inflação depende de reforma da Constituição, ou de entendimentos com o Congresso, ou de acordo com os governadores eleitos. Talvez seja prevendo dificuldades nesse longo percurso que se esteja propondo a mudança do índice que mede a inflação: assim, se ela não cair por causa das medidas adotadas (que só serão implementadas ao longo do tempo), pelo menos o índice oficial será cor-de-rosa e não haverá mais inflação do chuchu, das mensalidades escolares, dos remédios, disto ou daquilo. Só haverá a oficial, cadente como toda estrela que se apaga.

O presidente da República não se deu conta de que as propostas da "Irmandade" — a sorridente confraria, para retratarmos



corretamente o moral de quem nos governa — não terão efeito imediato sobre a inflação. A distância que vai entre querer a reforma da Constituição e vê-la aprovada é grande, talvez longa demais. Qualquer novato em política sabe disso, exceto a "Irmandade". Pode concluir-se, pois, que afora retirar da cartola um novo índice antiinflacionário o grupo que dirige a economia do País não sabe mais que fazer, e por isso lança mão do recurso de jogar sobre as costas do Congresso, cujas lideranças já colocaram de molho a sugestão de "reforma já", a responsabilidade por não se avançar.

A tarefa do ministro Passarinho, encarregado dos contatos políticos do governo Fernando Collor, será hercúlea: convencer os membros do Congresso a retirar a estabilidade do funcionalismo público (só do civil, ou do civil e do militar?) e acabar com a gratuidade do ensino superior; fazer que os governadores de Estado se imbuam da verdade de que o déficit público que onera as finanças brasileiras não é de responsabilidade apenas do Executivo federal mas de toda a Federação, devendo eles, nos limites de suas atribuições, reduzir despesas (obras, funcionalismo, tudo aquilo que, somado, produz

votos ao fim de quatro anos). Esse será sem dúvida o 13º trabalho de Hércules; por ser assim, a "Irmandade" delegou-o ao ministro da Justiça. Enquanto a inflação não for vencida haverá responsáveis outros pelo fato de as coisas não andarem como a sorridente confraria deseja.

A reforma da Constituição desde já, sempre defendemos, é condição indispensável não apenas ao combate à inflação, mas à modernização do País. Curioso é que ao anunciar os itens sobre os quais o Executivo vai bater a ministra Zélia não tenha incluído o fim do monopólio da Petrobrás e a mudança da definição do que seja empresa nacional. Quaisquer que tenham sido os motivos que a levaram a isso, permanece a verdade irrefutável: se a reforma faz parte de um programa de combate à inflação, *ela não é todo esse programa*. Pretender ligar por relação de causa e efeito a queda da inflação e a reforma da Constituição é pretender engodar a opinião pública ou atiá-la contra o Congresso. Napoleão tinha como norma que se deve planejar o imprevisível. Sucede que Napoleão era Napoleão, e para implantar suas reformas bem planejadas teve de estabelecer o Império e fazer a sua ditadura. Esperamos que a lembrança do Corso não tenha sido o motivo determinante do riso dos "irmãos"...